

CORPOS FORA DO CURRÍCULO: GÊNERO E SEXUALIDADE SILENCIADOS NA GEOGRAFIA ESCOLAR?

Manuele Beatriz da Silva ¹
Ramona Lins Gonçalves ²

RESUMO

A presente pesquisa busca refletir sobre as possibilidades de contribuição da ciência geográfica para a discussão, no ambiente escolar, das lutas e vivências da comunidade LGBTQ+. Partindo da pergunta norteadora “Qual a importância de estudar questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar?”, o estudo tem como foco a abordagem dessas temáticas no ensino de Geografia, analisando como esse componente curricular pode contribuir para a formação cidadã e o combate a preconceitos e estereótipos heteronormativos. A metodologia adotada é de base qualitativa, com análise documental da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e de produções acadêmicas relacionadas a gênero e sexualidade, bem como ao ensino de Geografia. Para evidenciar a importância e urgência de discutir esses temas nas diversas esferas da sociedade, foram consultadas fontes jurídicas, como a Constituição Federal de 1988 e decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), além de autores que tratam da trajetória da luta LGBTQ+ no Brasil. Com isso, a partir da análise desenvolvida durante a construção da pesquisa pode-se observar que, apesar da relevância do tema, o currículo de Geografia ainda tem uma insuficiência no que tange a abordagem gênero e sexualidade em sala de aula. Embora seja um tema transversal, não exclusivo da Geografia, esta pesquisa busca refletir sobre as possibilidades de articulá-los aos conteúdos da disciplina. A partir disso, o trabalho busca evidenciar a necessidade de incluir debates sobre a população LGBTQ+ a partir da ótica da ciência geográfica, visando a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e humanizado.

Palavras-chave: Base Nacional comum curricular, Ensino de Geografia, Comunidade LGBTQ+.

INTRODUÇÃO

A educação brasileira tem passado por mudanças significativas em suas diretrizes curriculares nas últimas décadas, especialmente no que diz respeito à incorporação de temas transversais no processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, a Geografia se destaca como disciplina capaz de articular saberes e promover reflexões críticas sobre as relações entre sociedade e espaço, constituindo-se em um campo fértil para a problematização de questões sociais urgentes, como gênero e sexualidade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborados a partir da Lei de

¹ Graduanda do Curso de Geografia - Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, manuelebeatrizdasilva@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Geografia - Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, ramona.goncalves@igdem.ufal.br;



Diretrizes e Bases da Educação (LDB, nº 9.394/96), marcaram um avanço ao proporem a integração desses temas ao currículo escolar, reconhecendo sua relevância para a formação cidadã e democrática. No entanto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada posteriormente com a promessa de unificar e modernizar o ensino, acabou reduzindo o espaço destinado a tais discussões, especialmente no Ensino Médio, onde a Geografia não aparece de forma explícita, já que integra as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e os temas transversais perdem centralidade.

Essa ausência representa uma lacuna não apenas pedagógica, mas também política, ao fragilizar a função social da escola e enfraquecer seu potencial emancipador. A invisibilidade das vivências LGBTQ+ no espaço escolar perpetua estigmas e desigualdades, tornando ainda mais urgente que os professores, sobretudo de Geografia, promovam abordagens críticas que valorizem a diversidade e a construção de identidades.

Trabalhar conceitos como território, lugar e paisagem a partir da perspectiva da diversidade sexual e de gênero possibilita compreender como diferentes grupos se apropriam e transformam o espaço, revelando também as práticas de exclusão e resistência que nele se manifestam. Assim, a Geografia escolar pode (e deve) ser um instrumento de leitura crítica do mundo, permitindo que estudantes compreendam como o espaço é produzido por relações sociais atravessadas por questões de poder, nas quais essas temáticas ainda são pouco discutidas.

O referencial teórico deste estudo baseia-se em uma perspectiva crítica da educação e da Geografia, que entende o espaço como produto das relações sociais e culturais. Autores como Coelho Filho (2022) e Madrid (2019) destacam a importância de uma educação transformadora, capaz de problematizar desigualdades e valorizar a diversidade. Nesse sentido, Borges e Tonini (2019) e Silva Neto (2022) defendem que o ensino de Geografia deve promover uma leitura crítica do mundo, articulando os conteúdos da disciplina com questões de gênero e sexualidade. Assim, o trabalho apoia-se em uma Geografia comprometida com a inclusão, a formação cidadã e a defesa dos direitos humanos.

O objetivo deste artigo é analisar de que forma o ensino de Geografia pode contribuir para a inclusão das temáticas de gênero e sexualidade no ambiente escolar, buscando compreender como o currículo e a prática docente podem atuar na formação



de cidadãos críticos e no combate a estereótipos heteronormativos.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico, fundamentada em uma análise documental e bibliográfica. A escolha por essa metodologia decorre da natureza do problema investigado, que busca compreender de que maneira as temáticas de gênero e sexualidade são abordadas (ou silenciadas) no ensino de Geografia, especialmente a partir dos documentos curriculares oficiais e das produções acadêmicas que tratam dessa relação.

A pesquisa documental consiste na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), os quais orientam o ensino de Geografia na educação básica brasileira. Esses documentos foram examinados à luz de seus princípios, competências e habilidades, com o objetivo de identificar como (e se) a diversidade de gênero e sexualidade aparece de forma explícita ou implícita no currículo. A análise desses textos oficiais foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo, buscando evidenciar silenciamentos, ausências e contradições no tratamento dessas temáticas.

Complementarmente, foi realizada uma revisão bibliográfica de produções científicas que abordam o ensino de Geografia e as discussões sobre gênero e sexualidade no contexto escolar. Foram consultadas dissertações, teses, artigos e livros de autores como Coelho Filho (2022), Madrid (2019), Borges e Tonini (2019) e Silva Neto (2022), entre outros, que discutem o papel da Geografia na formação cidadã e na desconstrução de estereótipos heteronormativos.

Além disso, a pesquisa mobiliza fontes jurídicas, como a Constituição Federal de 1988, decisões do Supremo Tribunal Federal e resoluções do Conselho Nacional de Justiça, para situar o debate educacional dentro de um contexto mais amplo de lutas por direitos humanos e reconhecimento da população LGBTQ+.

Portanto, a metodologia adotada buscou construir uma leitura crítica dos documentos e das referências teóricas, reconhecendo que o ensino de Geografia deve ser entendido como prática social comprometida com a transformação da realidade e com a promoção de uma educação inclusiva, plural e emancipadora.



TRAJETÓRIA DA COMUNIDADE LGBTQ+ NO BRASIL: POR QUE FALAR SOBRE CORPOS DISSIDENTES NA SALA DE AULA?

Os espaços não são vivenciados de forma igualitária por todas as pessoas. Para a população LGBTQ+, ocupar ruas, praças, escolas ou outros ambientes de forma livre e segura ainda representa um desafio cotidiano. A trajetória desse grupo no Brasil é marcada por conquistas políticas importantes, mas também por persistentes formas de exclusão e violência. Pensar uma educação transformadora exige reconhecer que a dignidade dessas pessoas só se concretiza quando podem circular, existir e se expressar plenamente em todos os territórios, inclusive no ambiente escolar. Antes de refletir sobre as possibilidades que a Geografia escolar oferece para a inclusão e a desconstrução de preconceitos, é importante lembrar a luta LGBTQ+ no Brasil.

Com pouco mais de trinta anos de existência organizada, o movimento LGBTQ+ consolidou-se como expressão política fundamental na luta por direitos. Desde os anos 1980, ganhou visibilidade nos debates públicos, em meio à intensificação das lutas sociais. No entanto, identidades de gênero e orientações sexuais dissidentes continuaram estigmatizadas como doença, pecado ou impureza, especialmente durante a epidemia da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) (Mello et al., 2012).

Em 1985, o Conselho Federal de Medicina (CFM) retirou a homossexualidade da lista de doenças, decisão reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1990, que instituiu o dia 17 de maio como Dia Mundial de Combate à Homofobia. A despatologização das identidades trans, porém, ocorreu mais tardiamente: apenas em 2012, com a campanha Stop Trans Pathologization, o tema ganhou destaque, levando à exclusão da transsexualidade dos manuais da APA (2013) e da OMS (2014) (Mello et al., 2012). Nas últimas décadas, o movimento LGBTQ+ teve papel central na criação de políticas públicas e legislações. Pedra (2018) destaca que a LGBTfobia é estrutural, um sistema de exclusões sustentado por instituições e discursos sociais, manifestando-se tanto de modo explícito quanto sutil.

Embora a Constituição Federal de 1988 tenha afirmado a dignidade da pessoa humana e a igualdade de todos (Brasil, 1988), o reconhecimento efetivo dos direitos LGBTQ+ ocorreu apenas depois. Em 2011, o STF reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo (ADI nº 4.277/DF e ADPF nº 132/RJ). Em 2013, o CNJ publicou a Resolução nº 175, proibindo cartórios de negarem casamentos civis entre



pessoas do mesmo sexo (Brasil, 2013). Em 2016, o Decreto nº 8.727 garantiu o direito ao nome social e à identidade de gênero de pessoas trans e travestis na administração pública (Brasil, 2016). Em 2019, o STF decidiu que homofobia e transfobia devem ser enquadradas como crimes de racismo até aprovação de lei específica, aplicando a Lei nº 7.716/1989 (Brasil, 2019).

Segundo Bortolozzi (2019), a trajetória da população LGBTQ+ no país é marcada por mobilização e resistência. Desde o final dos anos 1970, suas ações constroem uma memória coletiva baseada na luta por direitos humanos e reconhecimento social. O ano de 1978 foi um marco, com a criação do Grupo Somos, em São Paulo, e o jornal *Lampião da Esquina*, primeira publicação nacional feita por e para homossexuais, fundamentais para o surgimento de uma identidade política e do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) (Bortolozzi, 2019).

O movimento LGBTQ+ não se limita à busca por garantias legais, mas também reivindica o direito à memória, à existência e à visibilidade. Manter viva a lembrança coletiva das lutas e resistências é um gesto político essencial. Em tempos de retrocessos e silenciamentos, preservar a história desta população constitui prática contínua de resistência e instrumento de transformação social.

Apesar dos avanços jurídicos, ainda persistem obstáculos históricos e estruturais. Alcançar uma vida digna requer mudanças culturais, políticas e sociais profundas. A realidade demonstra que pessoas LGBTQ+ seguem enfrentando cotidianamente múltiplas formas de violência. Ainda não é garantido que um casal homoafetivo possa andar de mãos dadas sem receio ou que uma pessoa trans possa ocupar espaços públicos sem medo de agressões.

Essas discussões são amplas e complexas, não se esgotam neste trabalho, mas reforçam a importância de refletir sobre a presença da população LGBTQ+ na escola, especialmente nas aulas de Geografia — disciplina que, apesar de seu potencial crítico, ainda possui pouco protagonismo nos debates sobre diversidade e direitos humanos.

O RETROCESSO DA BASE CURRICULAR DE GEOGRAFIA: A DIVERSIDADE QUE DESAPARECEU

A análise do documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) revela diferenças significativas entre os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio



no que se refere à Geografia. No Ensino Médio, a disciplina não aparece explicitamente, diferentemente do Ensino Fundamental, o que acarreta particularidades e diversas problemáticas. No entanto, para esse trabalho, nos ateremos a pensar no recorte de gênero e sexualidade.

Constata-se que, na BNCC, a Geografia do Ensino Fundamental não possui um direcionamento específico para essas temáticas. Caso o professor tenha essa preocupação, é possível introduzir discussões voltadas às desigualdades enfrentadas pela comunidade LGBTQ+ nas aulas. Nas unidades temáticas “O sujeito e seu lugar no mundo” e “Mundo do trabalho”, por exemplo, nas quais se discute identidade sociocultural, formação territorial do Brasil e produção, circulação e consumo de mercadorias, é possível abordar a marginalização dessa comunidade na sociedade brasileira, mas isso requer um esforço intencional do docente para incluir tais discussões nas aulas de Geografia.

No Ensino Médio, o direcionamento é distinto, e a inclusão dessa temática se torna mais evidente, sobretudo na competência específica 5, que fala sobre “identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos” (Brasil, 2017). Embora essa competência esteja alinhada às temáticas discutidas neste trabalho, não existe um direcionamento específico para a disciplina de Geografia. Todas as competências e habilidades são muito abrangentes, por se destinarem às Ciências Humanas e não divididas dentre as quatro matérias que compõem essa área do conhecimento.

A inclusão de temas transversais na educação sempre foi fundamental para o desenvolvimento integral dos estudantes, pois permite uma formação que vai além dos conteúdos obrigatórios, aproximando os saberes escolares da realidade. Ao incluir no currículo discussões sobre meio ambiente, saúde, cidadania, diversidade e gênero, a escola amplia a visão de mundo dos estudantes.

Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) representaram um marco importante. Elaborados pelo Ministério da Educação a partir da LDB (Lei 9.394/96), os PCNs tinham como objetivo estabelecer uma base comum para a educação básica, mas respeitando a diversidade cultural, regional e política do Brasil. Seus princípios não se limitavam a padronizar conteúdos: buscavam inserir no currículo



temas sociais urgentes, relacionados à dignidade humana, às desigualdades e à qualidade de vida, promovendo a interdisciplinaridade e a transversalidade no processo educativo.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por outro lado, representa um retrocesso nesse campo. Embora tenha sido criada com a promessa de atualizar e unificar o ensino nacional, a BNCC do Ensino Médio não apresenta um direcionamento claro para disciplinas como a Geografia e praticamente elimina a centralidade dos temas transversais. As competências definidas são tão amplas e genéricas que permitem interpretações superficiais, sem, contudo, garantir que questões fundamentais – como gênero, relações étnico-raciais, diversidade e desigualdade – estejam de fato presentes no cotidiano escolar. Assim, em vez de aprofundar o que os PCNs haviam consolidado, a BNCC promove o esvaziamento crítico dos currículos.

Ainda que a Geografia seja uma área capaz de articular de forma natural os conteúdos obrigatórios com os temas transversais, uma vez que se dedica ao estudo do espaço e da sociedade em suas múltiplas dimensões, a BNCC não assegura esse trabalho de forma estruturada, o que transfere aos professores a responsabilidade de manter uma abordagem crítica, mesmo diante de um documento que não prioriza essa perspectiva.

Dessa forma, a crítica à BNCC é não apenas pedagógica, mas também política: ao negligenciar os temas transversais, a Base enfraquece a função social da escola e reduz o potencial emancipatório do ensino, especialmente no campo da Geografia, cuja essência é justamente a análise crítica da realidade. Assim, ao reconhecer que a BNCC apresenta lacunas que precisam ser preenchidas ou reelaboradas pelos professores, este artigo propõe uma reflexão sobre a importância de construir uma Geografia escolar significativa, que contribua para a desconstrução de estereótipos e preconceitos.

POR UMA GEOGRAFIA DA DIVERSIDADE

A Geografia dedica-se ao estudo do espaço e de seus fluxos; dentro dessa ciência, existem diversas áreas voltadas a aspectos específicos do espaço geográfico. A Geografia apresenta conceitos e abordagens que a diferenciam das demais ciências humanas e, por esse motivo, tem a capacidade de analisar objetos de estudo sob lentes próprias e, com isso, contribuir para os mais diversos debates. Assim, é possível



especializar inúmeras temáticas, sendo fundamental fazê-lo para ampliar as discussões.

Para além disso, ao pensar no ambiente escolar, abordar alguns assuntos em sala de aula mais do que contribuir para um maior entendimento dos conteúdos da disciplina e preparar para provas, cria-se um ambiente propício à formação de cidadãos mais respeitosos, críticos e conscientes. Quanto mais os docentes reconhecem o poder transformador da educação, mais essa transformação se concretiza.

De acordo com Coelho Filho (2022), estudantes que se enquadram nos padrões considerados ideais pela maioria acabam rejeitando a convivência com aqueles que fogem desse modelo, o que gera disputas no espaço escolar. Nesse processo, pessoas LGBTQ+ são especialmente afetadas, pois lhes é negado o direito de circular livremente no ambiente educativo. Em muitos casos, a presença de alguém que não se enquadre nas normas hegemônicas intensifica a hostilidade, favorecendo a ocorrência de práticas LGBTfóbicas recorrentes ao longo do tempo.

A escola frequentemente se torna um espaço hostil para aqueles que não se enquadram na padronização heteronormativa, expondo-os a diversas formas de bullying, exclusão e agressões físicas e psicológicas. Nessas condições, atividades que deveriam ser momentos de lazer ou de socialização podem se transformar em situações de medo constante, afetando a experiência escolar e deixando marcas duradouras (Coelho Filho, 2022). Como já demonstrado anteriormente as pessoas LGBTQ+ ainda enfrentam muito preconceito e estão inseridas em diversos contextos de opressão e dentro do ambiente escolar isso não é diferente. O espaço escolar não constitui uma barreira capaz de impedir que estigmas, discriminações e violências adentrem seu interior, por isso é fundamental que os profissionais da educação trabalhem e se dediquem para não permitir que essas se perpetuem.

É fundamental, tanto para crianças e adolescentes dissidentes de gênero e sexualidade quanto para aquelas que se reconhecem como pessoas cis-heteronormativas, trazer as vivências LGBTQ+ para a sala de aula. Como lembra Madrid (2019), é necessário que a educação seja problematizadora e transformadora, favorecendo uma leitura crítica do mundo. Do mesmo modo, Santos e Costa (2012) ressaltam que discutir gênero, cultura e relações étnico-raciais é indispensável para compreender a complexidade do cotidiano escolar.

Com isso, ao pensar na Geografia, temos em mente que o espaço geográfico



deve ser compreendido não apenas como uma dimensão física, mas como um espaço social, cultural e histórico, no qual as interações humanas moldam e constroem identidades, inclusive as de gênero e sexualidade. Nesse contexto, as práticas espaciais são manifestações concretas dessas relações e refletem a forma como o espaço é percebido, utilizado e organizado. Tais práticas não são neutras: elas historicamente reproduzem padrões heteronormativos, machistas e patriarcais, influenciando desde os primeiros momentos da vida, quando o sexo do indivíduo é socialmente fixado, moldando o imaginário familiar e a própria experiência de gênero e sexualidade ao longo da vida (Vieira, 2016 apud Silva Neto, 2022). Desse modo, a Geografia não deve adotar uma falsa neutralidade, mas sim evidenciar as incontáveis contradições existentes no mundo.

A população LGBTQ+ pode e deve ser analisada sob diversas perspectivas da Geografia, evidenciando como a sexualidade e a identidade de gênero se articulam com o espaço. No contexto urbano, por exemplo, observa-se a formação de territórios de pertencimento e resistência, que ao mesmo tempo refletem dinâmicas de segregação. Do ponto de vista demográfico, a população LGBTQ+ frequentemente enfrenta invisibilidade nos censos e estatísticas oficiais, o que compromete políticas públicas inclusivas e aumenta a vulnerabilidade a formas de violência e discriminação. Além disso, manifestações culturais, como paradas, centros culturais e espaços de lazer, evidenciam a apropriação simbólica do espaço. Assim, a Geografia permite compreender não apenas a distribuição e a mobilidade dessa população, mas também como o território é vivido, apropriado e transformado em função de identidades diversas.

De acordo com Borges e Tonini (2019), a Geografia, enquanto componente curricular obrigatório no Ensino Fundamental, desempenha um papel central na construção de significados sobre as sociedades, suas práticas, a organização do território e as relações entre grupos sociais. Esses significados podem atuar de forma ambígua: por um lado, podem celebrar as diferenças e contribuir para a desconstrução de discursos homogeneizantes; por outro, podem reforçar hierarquias, normatizar comportamentos e naturalizar o silenciamento de identidades que fogem daquilo considerado normal, como as diferentes identidades de gênero e orientações sexuais. Segundo as autoras:



De forma simplificada, a Geografia cumpre, na escola, o objetivo de propiciar o pensar e o refletir o espaço geográfico nas suas diversas escalas, relacionando natureza e sociedades humanas, compreendendo relações regionais, locais e globais com a ajuda de imagens, leituras, fotos, vídeos e pesquisas. Ou ainda, pode-se dizer que cabe à Geografia desenvolver um olhar crítico e questionador a respeito do espaço geográfico, permitindo que o aluno perceba que seu bairro, seu país, sua comunidade, etc., constituem-se na inter relação entre o meio físico e as atividades humanas (com suas intencionalidades, especificidades e características econômicas, sociais e culturais) e que se modificam ao longo do tempo (Borges e Tonini, 2019, p. 98).

Nesse sentido, o ensino de Geografia não se limita a transmitir informações sobre o espaço, mas influencia a forma como crianças e adolescentes compreendem e interpretam as relações sociais e a diversidade humana. Torna-se crucial que o professor medie essas construções de modo a ampliar o olhar dos estudantes, para que acolham e se sintam acolhidos no ambiente escolar, tornando-se pessoas mais respeitadas e conscientes. Assim, uma Geografia comprometida com a diversidade contribui não apenas para compreender o espaço, mas também para transformá-lo em um território de respeito e reconhecimento

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidencia que a Geografia escolar desempenha um papel estratégico na construção de uma educação crítica, inclusiva e emancipadora. Ao reconhecer o espaço como produto das relações sociais, compreende-se que gênero e sexualidade não podem ser tratados como questões secundárias, mas como fatores que moldam as relações espaciais de múltiplas formas.

Apesar dos avanços jurídicos conquistados com muita luta pela comunidade LGBTQ+, ainda persiste uma realidade marcada por violências, desigualdades e invisibilidades, inclusive no ambiente escolar. A ausência de um direcionamento claro e estruturado para o tratamento da diversidade na BNCC revela um retrocesso, considerando que os PCNs já apresentavam essa preocupação. Assim, recai sobre os professores a responsabilidade de tensionar essas lacunas, promovendo práticas pedagógicas que deem visibilidade às experiências e aos direitos da população LGBTQ+.



O ensino de Geografia pode contribuir para que os estudantes compreendam como o espaço é atravessado por relações de poder, exclusão e resistência, não se limitando apenas a falar de uma escala macro, mas dialogando com o cotidiano dos alunos. Mais do que ensinar conteúdos, a disciplina deve assumir sua dimensão formativa, criando condições para que crianças e adolescentes se reconheçam como sujeitos históricos, sociais e políticos, capazes de transformar a realidade em que vivem.

Inserir debates sobre gênero e sexualidade na Geografia não é apenas uma possibilidade, mas uma necessidade urgente diante dos desafios contemporâneos. Trata-se de reafirmar o compromisso da escola com os direitos humanos, a dignidade das pessoas e a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática. Ao assumir esse compromisso, o ensino de Geografia fortalece sua função social e reafirma seu papel como instrumento de leitura crítica do mundo, essencial à formação de sujeitos mais conscientes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça**. Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 8, 29 abr. 2016.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.277/DF e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132/RJ. Relator: Min. Ayres Britto. Brasília, DF, 5 maio 2011.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26. Relator: Min. Celso de Mello. Brasília, DF, 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros curriculares nacionais: Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1998.



BORGES, R. A. C.; TONINI, I. M. Nem só de mapas se faz a geografia: os diferentes nas aulas de Geografia. **Movimentos para ensinar geografia: oscilações**. 2. ed. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019. p. 93-112.

BORTOLOZZI, R. M. Mosaico de purpurina: revisitando a história do movimento LGBT no Brasil. **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 691-695, jul./set. 2019

COELHO FILHO, Eduardo Antônio Chaves. **A temática gênero e sexualidades na escola: reflexões a partir do ensino de Geografia**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Unidade de Itapuranga, Universidade Estadual de Goiás, Itapuranga, 2022.

MADRID, C. Gênero como conteúdo nas aulas de Geografia na Educação básica. **Anais do 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia: políticas, linguagens e trajetórias**, p. 181-191, 2019.

MELLO, L.; BRAZ, C.; FREITAS, F. R. A. de; AVELAR, B. de. Questões LGBT em debate: sobre desafios e conquistas. **Revista Em Debate**, v. 4, n. 1, 2012.

PEDRA, C. B. **Direitos LGBT: a LGBTfobia estrutural na arena jurídica**. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SANTOS, J. de J.; COSTA, C. L. Temas transversais no contexto da escola: o curso gênero e diversidade na escola. **Emblemas**, v. 9, n. 2, 2012.

SILVA NETO, Amaurílio Monteiro da. **As contribuições da geografia na construção do debate sobre gênero e sexualidade na escola**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022

